

Jornal Folha de São Paulo, de São Paulo (SP)  
Sexta-feira, 11 de junho de 2010

## **Falta de estrutura dificulta apurar violência sexual**

*Ausência de psicólogos prejudica denúncia de crimes contra crianças  
Promotora também aponta a falta de conselhos tutelares em algumas cidades  
e de peritos especializados*

ELIDA OLIVEIRA  
DE SÃO PAULO

Endereços e dados incompletos, ligações interrompidas e falta de provas nas investigações. Problemas como esses fazem com que denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes não se tornem processos criminais e, pior, deixam os agressores impunes.

Em Goiás -líder no ranking nacional de denúncias do gênero desde 2007-, seis em cada dez casos suspeitos não viram inquéritos. No Maranhão - atual vice-líder-, a proporção é de dois para dez.

O ranking foi elaborado a partir das denúncias feitas pelo programa Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos, do governo federal. As informações sobre os casos que viram inquéritos foram apuradas pela Folha nas Promotorias e polícias.

Segundo a promotora da Infância e Juventude do Maranhão, Márcia Moura Maia, em algumas cidades do interior não há peritos especializados em exames de corpo de delito em crianças. Outro problema é a falta de psicólogos que possam dar um laudo para comprovar o depoimento de uma vítima sem prova física. "Sem isso, não confirmamos a violência."

O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes previa a criação de indicadores de diagnóstico e monitoramento, que ainda não saíram do papel.

"Não conseguimos monitorar todos os casos passo a passo", diz Fernanda Lavarello, coordenadora da Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente).

Para o coordenador de programas de enfrentamento de violências da ONG Childhood Brasil, Itamar Batista Gonçalves, um sistema de monitoramento daria a dimensão do problema no país. "Acreditamos que os dados do Disque 100 sejam só a ponta do iceberg."

Outro problema apontado é a falta de estrutura dos Conselhos Tutelares, que não existem em todas as cidades. "E onde tem, chega a faltar telefone ou eles ficam longe da sede do município", diz a promotora. Para ela, a instauração de um inquérito já faz com que o agressor pare de praticar o crime. A psicóloga Dalka Ferrari, do Instituto Sedes Sapientiae, diz que a punição do agressor traz segurança para a vítima.



Leila Paiva, coordenadora do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes da Secretaria de Direitos Humanos, diz que em julho entrará em teste no Maranhão um sistema que permitirá ao Ministério Público montar um banco de dados com os desdobramentos das denúncias. A intenção é expandir para o resto do país.